

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº DE 2018

(Do Sr. Rodrigo Martins)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a dívida dos planos de saúde com relação ao Sistema Único de Saúde – SUS, pelo não ressarcimento de despesas, que hoje supera os R\$ 5 bilhões de reais, bem como o não pagamento das multas aplicadas ao setor.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública, para debater a dívida acumulada pelos planos de saúde em relação ao Sistema Único de Saúde – SUS, pelo não ressarcimento de despesas por este assumidas, em total desrespeito à legislação que regulamenta o setor.

Ademais, aproveitando a oportunidade do debate, incluo na discussão a inadimplência do setor, também, com relação às multas aplicadas



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL RODRIGO MARTINS

pelo ente regulador que, em sua maioria, não são pagas pelas operadoras de planos privados.

Para tanto, solicito a presença dos seguintes convidados:

- Leandro Farias (leandronfarias@gmail.com),
 Coordenador do Movimento Chega de Descaso;
- Representante do Ministério Público Federal MPF e
- Representante da Agência Nacional de Saúde
 Suplementar ANS

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 9.656/1998, em seu artigo 32, determina que:

Art. 32. Serão ressarcidos pelas operadoras dos produtos de que tratam o inciso I e o § 10 do art. 1º desta Lei, de acordo com normas a serem definidas pela ANS, os serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos, prestados a seus consumidores e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Apesar do regramento acima, em 18 anos de fiscalização, o setor de planos de saúde ainda não ressarciu quase nada de sua dívida bilionária com o SUS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL RODRIGO MARTINS

Dados retirados do próprio site da ANS mostram que o montante da dívida, hoje, ultrapassa os R\$ 5,78 bilhões de reais, o que onera ainda mais o orçamento já apertado da saúde pública brasileira.

Ademais, segundo dados oficiais, o montante das multas aplicadas ao setor também não são adimplidas a contento. Em 2017, por exemplo, apenas 21% das multas foram pagas. Já em 2016, dos R\$ 1,3 bilhão de reais aplicados em multas, apenas 13% foi pago. No período de 2012-2016, dos R\$ 2,6 bilhões de reais aplicados em multas apenas R\$ 493 milhões de reais foram pagos, ou 19% do total.

Nesse sentido, em face da relevância do tema para a sustentabilidade do sistema público de saúde, proponho a presente audiência pública.

Sala da Comissão, em de agosto de 2018.

Deputado RODRIGO MARTINS PSB/PI